



Relatório de Gestão

2016



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2016

ENQUADRAMENTO

O Relatório de Gestão de 2016 do Município de Pampilhosa da Serra foi elaborado em conformidade com as normas técnicas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, (POCAL) em respeito pelas disposições consagradas na Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI-Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais) e ainda em observância das Instruções do Tribunal de Contas para a organização e documentação das contas das autarquias locais, aprovadas pela Resolução nº 4/2000, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2013, publicadas no Diário da República 2ª Série, nº 226, de 21 de novembro, pela Resolução nº 44/2015, publicada no Diário da República 2ª Série, nº 231, de 25 de novembro, e Resolução nº 3/2016, publicada no Diário da República 2ª Série, nº 13, de 18 de janeiro.

O presente Relatório espelha de forma transparente, clara e objetiva, a situação económica, orçamental e patrimonial e financeira do Município de Pampilhosa da Serra, ao mesmo tempo que salienta as atividades-investimentos mais relevantes desenvolvidos ao longo do exercício económico de 2016, em resultado das opções estratégicas e políticas delineadas pelo executivo.

O ponto 13 do POCAL que estabelece que o Relatório de Gestão, deve contemplar os seguintes aspetos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriada à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros, individualizando as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- A proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- Os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício;

O Relatório de Gestão, enquanto balanço da atividade municipal, é um documento eminentemente político ainda que inclua uma componente técnica, já a conta de gerência tem características técnicas evidentes, próprias e, algumas legalmente determinadas que devem ser tidas em conta de forma a evitar leituras, análises e avaliações erróneas do que agora é apresentado.

Por último, uma referência à Prestação de Contas Consolidadas:

Nos termos do art.ºs 75º e 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro-estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais aqui apresentadas, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas igualmente elaboradas e aprovadas pelo

Executivo de modo a serem submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A Lei nº 9/2015, de 9 de março (9.ª alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), também estabelece, nos art.ºs 51º e 52º, a obrigatoriedade das entidades previstas no nº 2º da LOPTC, onde se incluem as autarquias locais, remeterem as contas consolidadas referentes a todas as entidades que integrem os respetivos perímetros orçamentais. No caso dos municípios, integram esse perímetro, entre outras, as empresas municipais e as entidades participadas. Quanto aos prazos, as contas separadas continuam a poder ser remetidas até 30 de abril do ano seguinte a que digam respeito, sem prejuízo das contas consolidadas que devem ser remetidas até 30 de junho (nº 4 do art.º 52.º da LOPTC).

No método adotado, e procurando auxiliar uma leitura mais precisa e objetiva sempre que se considerou relevante, foram elaborados quadros e gráficos por forma a ilustrar os dados referentes à execução do ano, utilizando elementos que caracterizam o grau de execução dos anos anteriores (quanto possível), para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal.

O ano de 2016 foi marcado por um ciclo de lenta recuperação económica, sendo notórias as consequências dos anos de ajustamento estrutural, e das inerentes restrições económicas e financeiras, que afetaram muitos setores da economia com especial incidência em áreas de intervenção direta dos municípios, indústria e serviços.

Também no domínio da atração do investimento, após sinais que apontavam para um ciclo de melhoria na confiança e na credibilidade, só no último

semestre tais índices tiveram alguma aceleração, mas não o suficiente para os alterar.

Os constantes constrangimentos e restrições motivaram por parte do Município um forte esforço para que tais impactos não tivesse nas famílias mais vulneráveis, ou com escassos recursos efeitos indesejáveis. As políticas sociais do Município, nomeadamente no apoio à componente socioeducativa, na rede de transportes e nos serviços de refeições, apresentam-se com um referencial basilar para atenuar desigualdades, fomentando a igualdade de oportunidade junto das nossas crianças e jovens

A par destas constatações e realidades, neste ano não se concretizaram as oportunidades inerentes ao Acordo de Parceria " Portugal 2020 ", e dos seus diferentes Programas Operacionais temáticos ou do Centro 2020.

É de referir que já não haverá financiamento para infraestruturas, estando incluídas nestas, as redes viárias, pelo que nos focámos na necessidade de se desenharem novos modelos de desenvolvimento.

É neste contexto que se identificam pilares estruturais no continuado investimento para reforçar a atratividade regional, para fortalecer o empreendedorismo, para potenciar os recursos endógenos e para valorizar a capacidade criativa do território.

Também e atendendo às crescentes responsabilidades que o passado nos colocou, a imperiosa opção de se terem apoiado projetos donde resultou a satisfação do interesse público, potenciando oportunidade de alavancar a projeção regional e nacional do nosso concelho

Face ao disposto da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano financeiro de 2016, de harmonia com o estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 33º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea do nº 2 do artigo 25º do anexo da referida Lei, os documentos de prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser remetidos ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, na redação introduzida pela Lei nº 20/2015, de 9 de Março.

Conteúdo

1.	RECURSOS HUMANOS	7
1.1	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	7
1.2	Organização dos serviços.....	10
1.3	Recrutamento	12
1.4	Formação	16
1.5	Caracterização dos Recursos Humanos	16
2	ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA.....	21
2.1.	RECEITAS.....	22
2.2.	DESPESAS.....	24
2.3.	MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS.....	28
2.4	RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA	29
2.5	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	34
3	NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	39
3.1	Demonstração de Resultados.....	40
3.2	RESULTADOS OPERACIONAIS	41
3.3.	Proveitos Operacionais.....	43
3.4.	ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS	44
3.5.	ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS..	45
3.6.	ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO	46
3.7.	Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)	54
3.8.	Critérios Valorimétricos	56
4.	RÁCIOS.....	60
5.	CONTABILIDADE DE CUSTOS	64
6.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	67

1. RECURSOS HUMANOS

1.1 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta na existência de duas estruturas fundamentais, a política e a administrativa, que é constituída por todos os trabalhadores do Município, fortemente relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

Assente em dois órgãos, a Câmara com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida.

A Câmara Municipal é constituída por cinco elementos; 1 Presidente e quatro vereadores, a quem compete, definirem a estratégia e políticas municipais, bem como deliberar e decidir sobre os assuntos mais relevantes acerca dos serviços e atividades do município.

O Presidente foi coadjuvado por um vice-presidente, que o substituíra nas suas ausências e impedimentos.

A Assembleia Municipal é composta por 23 elementos, dos quais 15 eleitos diretamente, pelo colégio eleitoral e 8 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de presidentes de juntas de freguesia que constituem o universo municipal.

VISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Ser reconhecida como uma instituição de referência pelo bom desempenho da gestão pública em todas as atividades desenvolvidas, tanto pela sua eficiência, como pela sua eficácia, na capacidade de dar resposta aos objetivos de desenvolvimento do concelho e às necessidades dos seus munícipes.

VALORES

Para prosseguir esta visão, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pauta a sua atuação pelo seguinte quadro de valores:

Ética - Exigimos de nós próprios e dos outros elevados padrões de conduta, de modo que, todo o tipo de relacionamento seja pautado por honestidade e respeito dentro da instituição. Inculcar a ideia de que não basta "Saber" e "Saber Fazer", é preciso "Saber Ser".

Cultura de Parceria - Os nossos projetos estão abertos a quem queira deles fazer parte, estabelecemos alianças estratégicas a bem do desenvolvimento do concelho.

Transparência - A nossa atuação está patente a todos, não temos nada a esconder, possuímos uma clara conduta organizacional.

Competência e Inovação - Queremos ver reconhecidas todas as nossas capacidades. Acreditamos que é através da inovação que conseguimos chegar lá, mostrando que estamos atentos a tudo o que possa ajudar e simplificar a prestação dos nossos serviços.

Enfoque no Cidadão / Múncipe - Existe um sério empenho na satisfação dos nossos Múncipes e das suas necessidades.

Liderança - Liderar é partilhar o conhecimento e dar o primeiro passo na prossecução dos objetivos, reconhecendo o esforço individual para atingir essa meta. O líder exerce poder e influência, usando a sua capacidade intrínseca para servir, motivar, coordenar e dirigir o grupo.

Equidade - Todas as nossas atuações são tidas com a máxima isenção e justiça.

Humanismo - Potenciamos a diferença como forma de enriquecimento do trabalho em equipa, respeitando o Outro na sua diversidade.

MISSÃO

A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, tem como missão, regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dos cidadãos do concelho, fins de interesse público municipal, nos termos e formas previstas na lei, tendo como objetivo principal das suas atividades, a melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer dos habitantes do concelho.

1.2 Organização dos serviços

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. De acordo com o diploma atrás mencionado a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais

Durante o ano de 2012, foi publicada a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, a qual entrou em vigor a 30 de agosto. A citada lei procede à adaptação à Administração Local da lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro na redação que lhe foi dada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração, Regional e Local do Estado.

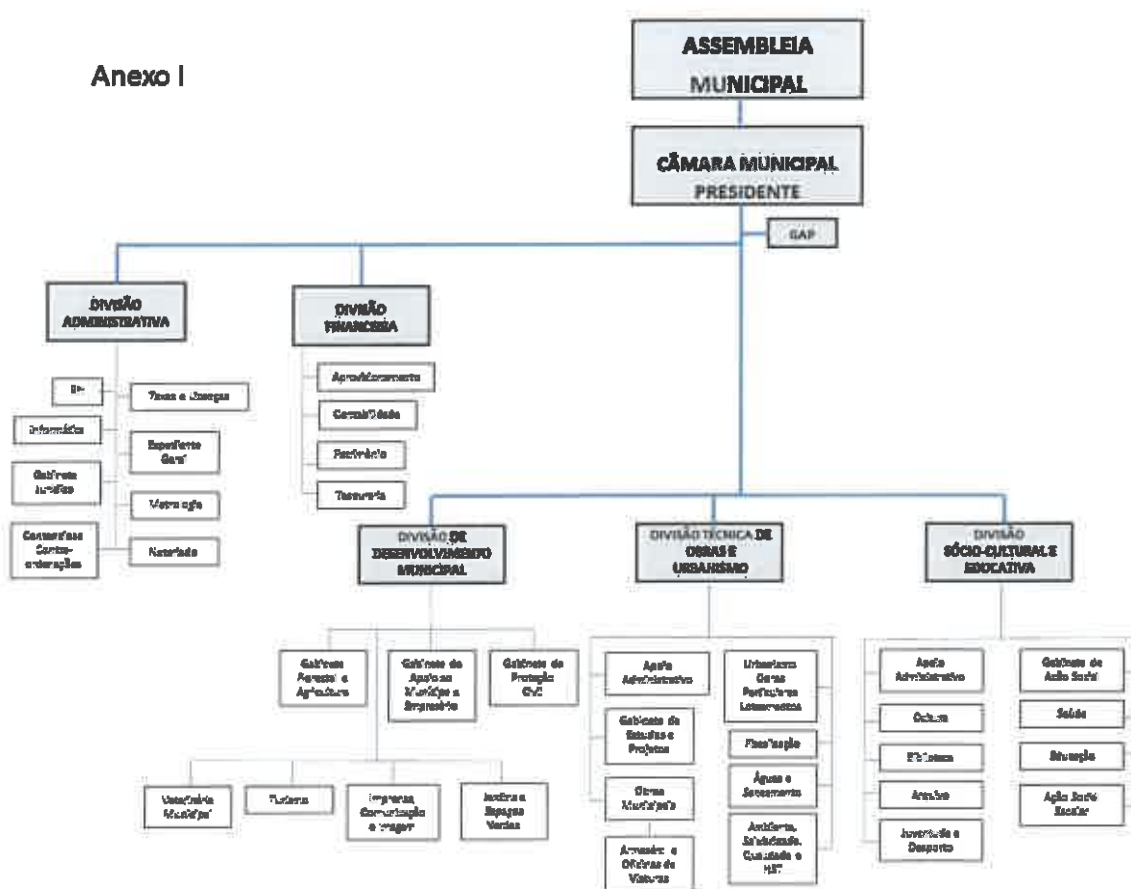
De acordo com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra teve de aprovar a adequação da sua estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na presente lei, até 31 de dezembro de 2012.

Assim, foi publicado na 2ª Série do Diário da República de 6 de Janeiro de 2013, a reestruturação dos serviços.

Tendo em atenção os n.ºs 4 e 5, do artigo 21, da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 165º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, houve a possibilidade do Município de Pampilhosa da

Serra, aprovar estrutura orgânica e prever um número de cargos dirigentes superior ao previsto, assim, a Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em sessão ordinária de 24 de abril de 2015, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 30 de março de 2015, aprovou a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 6, de 9 de janeiro de 2013, com as alterações, publicadas na 2.ª série do Diário da República, n.º 134, de 15 de julho de 2014, de forma a criar uma nova unidade orgânica, nos termos dos n.ºs 4 e 5, do artigo 21, da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 165º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

ORGANOGRAMA



1.3 Recrutamento

O recrutamento de trabalhadores envolve o planeamento e a seleção de pessoas que se relacionam com o ambiente organizacional devido ao convívio com o mercado de trabalho (oferta e procura) e mercado de recursos humanos (indivíduos aptos para o trabalho). Tais mercados são regulados pela lei da oferta e da procura.

Em plena era do conhecimento, toma-se como base da excelência das Autarquias o capital humano. A capacidade e sobrevivência dos Municípios depende das pessoas agregadas aos seus quadros, para o desenvolvimento tecnológico e mudança. Os subsistemas de recrutamento de recursos humanos providenciam de forma inesgotável, valores e talentos humanos capazes de formar o cérebro e o sistema nervoso duma instituição.

Recrutamento é o processo de atrair um conjunto de candidatos para um particular cargo. O Município deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-lo. O mercado do qual a organização tenta buscar os candidatos pode ser interno, externo ou uma combinação de ambos. Em outras palavras, a organização deve buscar candidatos dentro dela, fora dela ou em ambos os contextos.

Escolhido o perfil necessário, O Presidente da Câmara em sintonia com as chefias, solicitam o início do recrutamento aos Recursos Humanos.

Os técnicos, de RH, após verificarem a existência do lugar no mapa, e tendo por base o despacho do Responsável pela Gestão dos Recursos Humanos, vão dar início às diversas fases do recrutamento do processo de seleção:

- Publicação do aviso em Diário da República, Jornais, BEP, Site;
- Apreciação das candidaturas, elaborando a respetiva lista de admitidos e excluídos;

- Aplicação dos métodos de seleção. Nomeadamente: provas escritas de seleção e avaliação psicológica.
- Coadjuvar o júri na elaboração das diversas atas, até aquela que contém a lista de ordenação final.

Após a conclusão do recrutamento, os Recursos Humanos, integram o trabalhador no sistema.

Durante o ano de 2016, foram abertos os seguintes procedimentos concursais:

Divisão Administrativa

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Gestão de Recursos Humanos – Serviço de Recursos Humanos, para as funções descritas no ponto 2.223.1 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Serviços Jurídicos, para as funções descritas no ponto 2.222.2 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Ponto + de Fajão, para as funções descritas no ponto 2.224.2 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Informática – Técnico de Informática – Serviço de Informática, para as funções descritas no ponto 2.228.2 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Serviço de Taxas e Licenças para as funções descritas no ponto 2.224.1 do mapa pessoal;

Divisão Financeira

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Serviço de Contabilidade, para as funções descritas no ponto 2.211.2 do mapa pessoal;

Divisão Desenvolvimento Municipal

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Arte e Design – Serviço de Imprensa, Comunicação e Imagem, para as funções descritas no ponto 2.306.1 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Serviço de Imprensa, Comunicação e Imagem, para as funções descritas no ponto 2.306.2 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Administrativo – Serviço de Turismo, para as funções descritas no ponto 2.304.2 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Serviços Gerais – Serviço de Turismo, para as funções descritas no ponto 2.304.3 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Serviços Gerais – Serviço Diversos, para as funções descritas no ponto 2.301.6 do mapa pessoal;

Divisão Técnica de Obras e Urbanismo

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Jardineiro – Serviço Armazém e Oficinas de Viaturas, Obras Municipais, Águas e Saneamento, para as funções descritas no ponto 4.403.11 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Cantoneiro – Serviço Armazém e Oficinas de Viaturas, Obras Municipais, Águas e Saneamento, para as funções descritas no ponto 4.403.15 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Máquinas Pesadas – Serviço Armazém e Oficinas de Viaturas, Obras Municipais, Águas e Saneamento, para as funções descritas no ponto 4.403.17 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Motorista de Pesados – Serviço Armazém e Oficinas de Viaturas, Obras

Municipais, Águas e Saneamento, para as funções descritas no ponto 4.403.21 do mapa pessoal;

Divisão Sócio Cultural e Educativa

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Animação Sócio Cultural – Serviço de Educação, para as funções descritas no ponto 5.508.5 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Animação Sócio Educativa – Serviço de Educação, para as funções descritas no ponto 5.508.9 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Gestão – Serviço de Educação, para as funções descritas no ponto 5.508.7 do mapa pessoal;
- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Educação Infância – Serviço de Educação, para as funções descritas no ponto 5.508.8 do mapa pessoal;
- 3 Postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Limpeza – Serviço de Educação, para as funções descritas no ponto 5.508.6 do mapa pessoal;

GAP

- 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Auxiliar Administrativo – Gabinete de Apoio Pessoal, para as funções descritas no ponto 5.508.6 do mapa pessoal;

De referir que todos os lugares foram ocupados, com exceção do Posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Motorista de Pesados, devido à ausência de candidatos.

1.4 Formação

Motivar os trabalhadores é uma prioridade, que se estabelece, entre, adequar as funções desempenhadas, com as competências de cada um.

Foram realizadas 16 Ações de Formação, que foram distribuídas, essencialmente por duas entidades formadoras, nomeadamente a CIM-RC e a CCDRC.

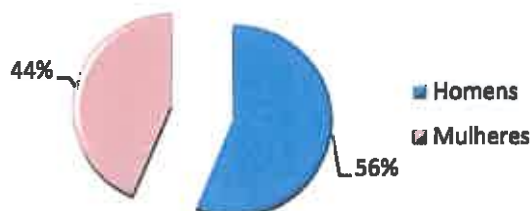
As despesas inerentes à Formação Profissional, durante o ano de 2016, foram de 1.252,00 €, sendo a maior despesa, relativa a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, ATAM e AIRC.

1.5 Caracterização dos Recursos Humanos

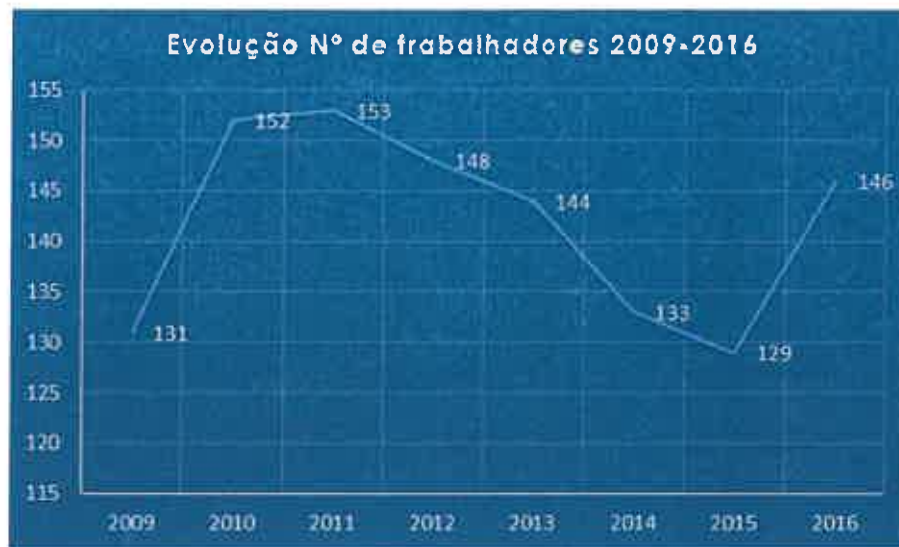
CARACTERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2016, o Município de Pampilhosa da Serra tinha 146 trabalhadores no mapa de pessoal, dos quais, 82 eram do sexo masculino e 64 do sexo feminino.

Pessoal do Quadro por sexo



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2016



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2016

A tabela seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género. Destaca-se o conjunto de operários que representam o maior grupo de pessoal na autarquia. De referir ainda, que os quatro dirigentes são oriundos da carreira de técnico superior.

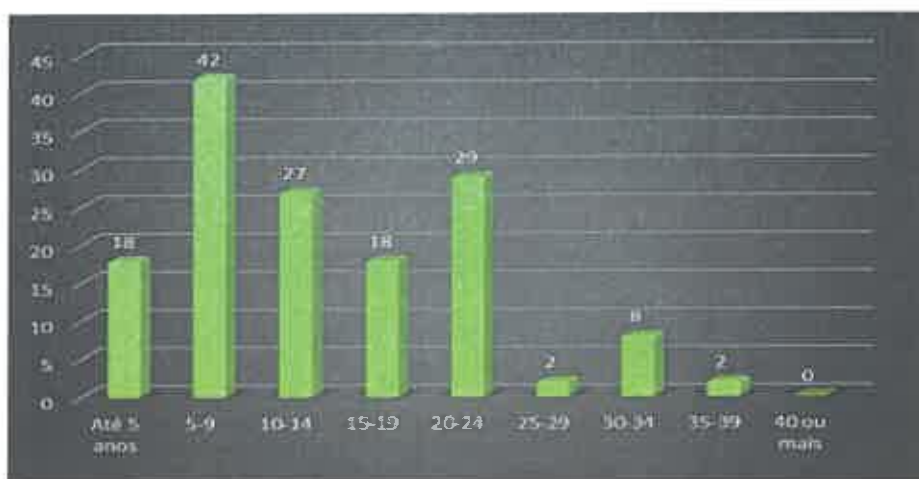
Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscais Municipais	Total
Comissão de Serviço	4						4
Contrato por tempo indeterminado		29	34	73	4	2	142
Contrato por termo resolutivo certo	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	29	34	73	4	2	148

Fonte: Balanço Social 2016

Antiguidade dos Trabalhadores

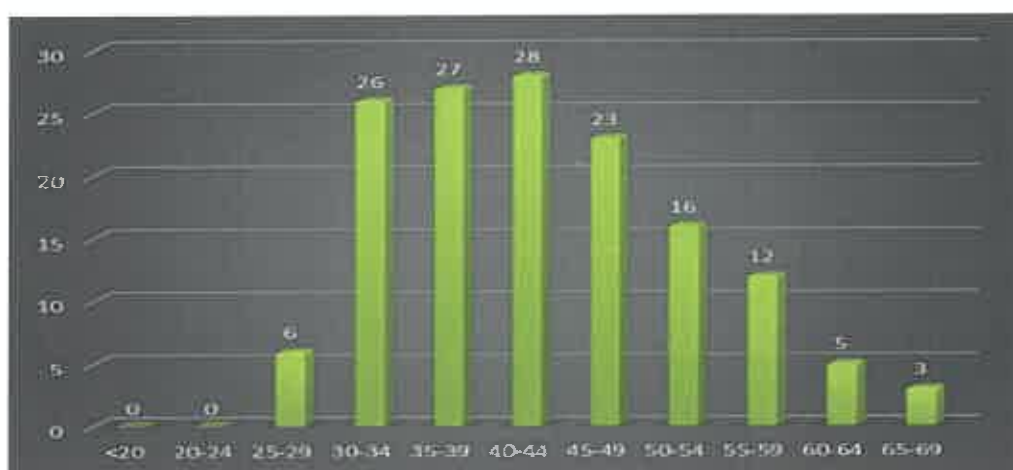
No que concerne à antiguidade dos trabalhadores da autarquia a 31 de dezembro de 2016, podemos concluir, de acordo com a leitura do gráfico abaixo, que 41,1% tem menos de 10 anos de serviço.



Fonte: Balanço Social 2016

Escala Etária

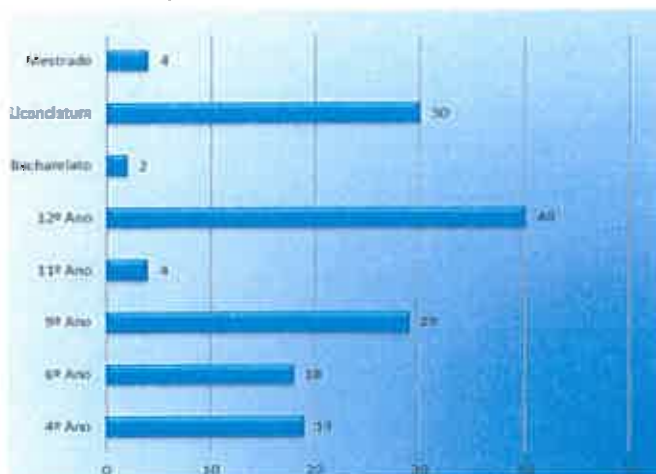
A média de idades dos trabalhadores da autarquia a 31 de dezembro de 2016 era de 42,99 anos.



Fonte: Balanço Social 2016

Habilitações Académicas

Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo. 19 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 18 o 6.º ano e 24, o 9.º ano de escolaridade. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, 40 trabalhadores com o 12º ano e 30 trabalhadores com o grau de Licenciatura.



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2016

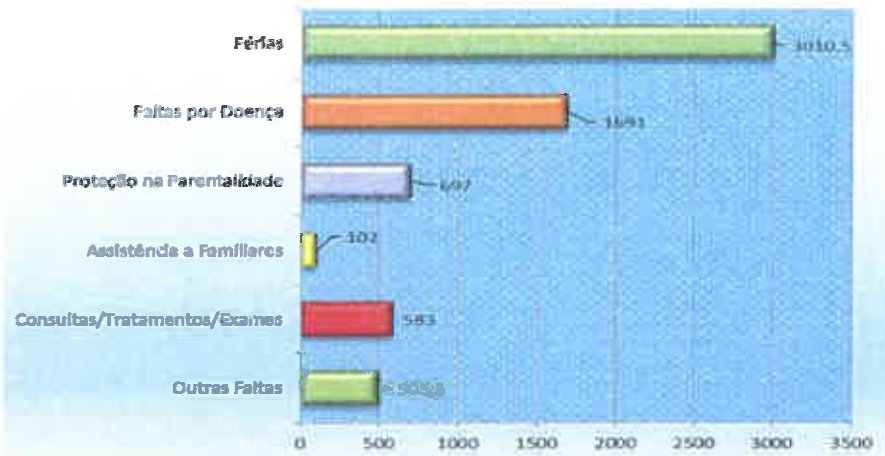
Absentismo

Num total de 6589 ausências, durante o ano de 2016, realça-se as ausências por férias, com 3010,5 dias (45,19 %).

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis. Retirando as férias, em termos absolutos, as faltas por parentalidade contribuíram com 19,48 % para o absentismo, as faltas dadas para consultas e exames do próprio e para acompanhamento de familiares, contribuíram com 16,29 % e as faltas por doença, contribuíram com cerca de 47,25 %. De realçar o aumento significativo das faltas por acidente de serviço

Absentismo em dias

Tipo de Falta	Quant.	%
Outras Faltas	505,5	14,13
Consultas/Tratamentos/Exames	583	16,29
Assistência a Familiares	102	2,85
Proteção na Parentalidade	697	19,48
Faltas por Doença	1691	47,25
Total	3578,5	100,00



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2016

Medicina no Trabalho

Durante o ano de 2016 ocorreram 11 acidentes em serviço, com predominância na Carreira/categoria de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 386 dias perdidos com baixa.

Relativamente à Medicina no Trabalho, foram efetuadas 63 consultas, tendo sido despendida uma verba de 5.381,35 €.



2 ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal é um documento de extrema importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar, sendo por isso um documento essencial na gestão diária da autarquia, não deixando contudo de ser um documento previsional. Apesar de ser elaborado com o máximo rigor, tem alguma flexibilidade para fazer face a eventuais realidades que possam surgir. Assim, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, podem as autarquias efetuar alterações e revisões orçamentais, para fazer face a essas situações.

Analisando os quadros e comparando os valores do orçamento final com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa de **93,70%** e **80,19%** respetivamente.

Estes rácios, traduzem assim a capacidade de realização das atividades programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a efetivamente cobrada.

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, quer ao nível das receitas correntes quer de capital, representando uma taxa de execução de **96,93%** e **69,66%** respetivamente, cumprindo assim o disposto no Decreto Lei nº 73/2013.

Ao analisar a execução da despesa, constata-se que os recursos financeiros realizados foram afetos **87,17%** a despesas correntes e **48.01%** as despesas de capital.

2.1. RECEITAS

As receitas totais cobradas ascenderam no valor de **€ 10 124 247,23**, sendo de **€ 9 233 524,17** de receita corrente, **€ 890 723,06** de receita de capital.

Como referido, a receita global cobrada referente ao ano de 2016, foi de **€ 10 124 247,23**, correspondente a **93,70%** da receita orçamentada final, tendo resultado um desvio negativo de (-) **€ 680 277,77**, correspondente a **6,30 %**. A decomposição do desvio verificado, permite-nos aquilatar, em que tipo de receitas se verificou e qual a sua magnitude.

A receita corrente orçamentada final foi de **€ 9 525 921,00** tendo-se arrecadado o montante de **€ 9 233 524,17**, ou seja, cobrou-se **96,93%** do que o orçamentado, para este tipo de receita, havendo um desvio negativo de (-) **3,07%**, correspondente a **€ 292 396,83**.

A receita de capital orçamentada final foi de **€ 1 278 604,00**, tendo-se arrecadado o montante de **€ 890 723,06**, ou seja **69,66 %** do orçamentado, havendo um desvio de (-) **30,34%**

No essencial os desvios verificados devem-se essencialmente ao facto de não ter sido considerada despesa elegível, estando nestas situações as obras de "Requalificação do Rio Unhais-Pampilhosa da Serra" na importância respetivamente de **€ 198 000,00**, a obra da " Variante ao Vidual

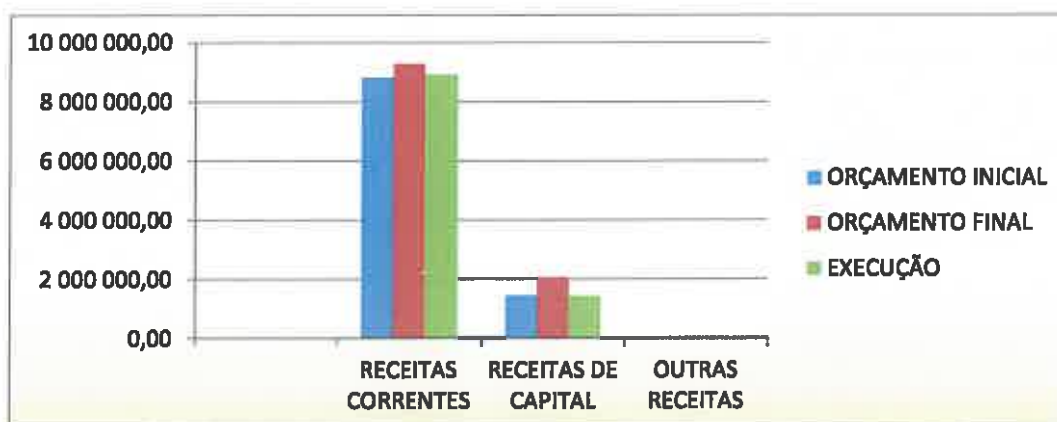
de Cima" de € 15 000,00 e a obra de "Construção do Centro Escolar de Dornelas do Zêzere" de € 16 000,00.

Relativamente à obra de Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, verificou-se a situação de ter havido trabalhos a menos na importância de € 40 000,00, o que veio também influenciar a arrecadação de receitas.

Nestes termos, face aos mecanismos de alerta precoce, constantes no nº 3º, do art.º 56º, seção III, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Pampilhosa da Serra registou uma taxa superior a 85% de execução da receita prevista no Orçamento, que no caso em concreto foi de 93,69%.

RECEITA

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO Inicial	ORÇAMENTO Final	EXECUÇÃO	%
RECEITAS CORRENTES	9.285.131,00	9.525.921,00	9.233.524,17	96,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.146.559,00	1.278.594,00	890.723,06	69,66
OUTRAS RECEITAS	10,00	10,00	0,00	0,00
TOTAL	10.431.700,00	10.804.525,00	10.124.247,23	93,70



RECEITA 2016

RECEITAS	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	%
RECEITA CORRENTE	INICIAL	FINAL		
Impostos directos	507.060,00	507.060,00	429.998,93	84,80
Impostos indirectos	11.657,00	11.657,00	11.963,25	102,63
Taxas, multas e outras penalidades	25.820,00	25.820,00	25.427,27	98,48
Rendimentos de propriedade	5.610,00	5.610,00	16.906,74	301,37
Transferências correntes	8.173.494,00	8.414.284,00	8.211.184,37	97,59
Venda de bens e serviços correntes	471.470,00	471.470,00	512.059,79	108,61
Outras receitas correntes	90.020,00	90.020,00	25.983,82	28,86
Total das Receitas Correntes	9.285.131,00	9.525.921,00	9.233.524,17	96,93
RECEITA DE CAPITAL				
Venda de bens de investimento	60,00	60,00	6.475,00	10791,67
Transferências de capital	1.036.449,00	1.118.484,00	830.456,85	74,25
Activos financeiros	30,00	30,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	10,00	10,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	110.010,00	160.010,00	53.791,21	33,62
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	10,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	1.146.569,00	1.278.604,00	890.723,06	69,66
TOTAL GERAL	10.431.700,00	10.804.525,00	10.124.247,23	93,70

2.2. DESPESAS

A despesa realizada no ano de **2016**, foi de **9 453 661,79** e a paga de **€ 9 453 661,79**, não tendo transitado qualquer dívida, conforme Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.

O quadro Execução dos Documentos Previsionais do ano de **2016**, apresenta a execução do orçado ao nível do Cabimento, Compromisso, Realizado, Pago e Dívida.

O Cabimento é a cativação de determinada verba, visando a realização de uma despesa.

O Compromisso é a assunção face a terceiros da responsabilidade de realizar determinada despesa.

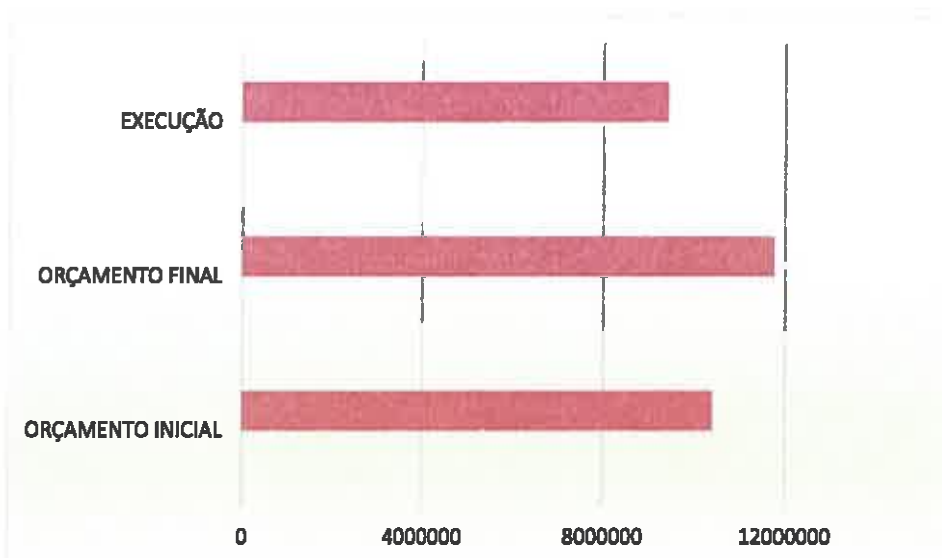
O Realizado é a contabilização dos bens, serviços e ou outras despesas que são devidas a favor de terceiros, suportadas *vulgarmente*, por faturas ou documentos equivalentes.

Da análise ao referido anteriormente, e ao nível do Orçamento da Despesa faz-se a seguinte leitura:

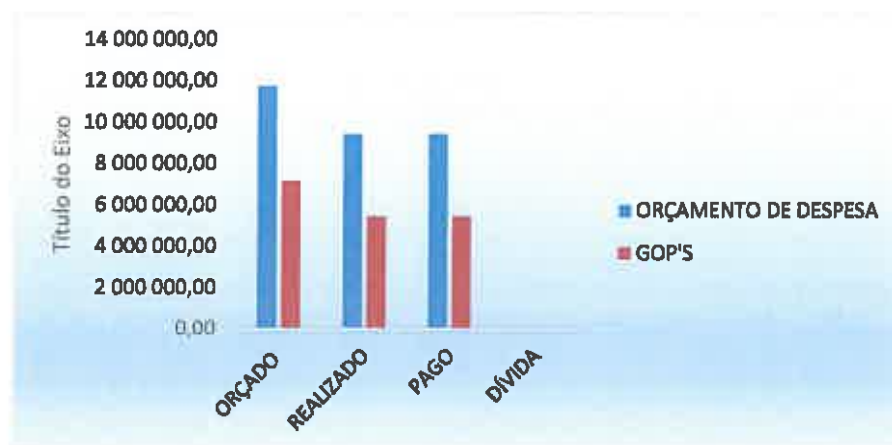
- A diferença entre o realizado e o Pago – “dívida orçamental” – é em 31 de dezembro de **2016 de € 0,00**.
- A diferença entre os Compromissos e o Pago – são em 31 de dezembro de **2016 de € 843 563,83**.

DESPESA

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO Inicial	ORÇAMENTO Final	EXECUÇÃO	%
DESPESAS CORRENTES	7.733.396,00	9.689.468,66	8.445.860,84	87,17
DESPESAS DE CAPITAL	2.698.304,00	2.099.305,00	1.007.800,95	48,01
TOTAL	10.431.700,00	11.788.773,66	9.453.661,79	80,19



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL						
DESIGNAÇÃO	ANO DE 2016					
	ORÇADO	REALIZADO	PAGO	DÍVIDA	%	Obs.
ORÇAMENTO DE DESPESA	11.788.773,66	9.453.861,79	9.453.861,79	0,00	100,00	
GOP'S	7.182.265,00	5.456.873,74	5.456.873,74	0,00	100,00	



Refira-se que o valor de € 843 563,83 entre o Compromisso e o Realizado, não pode ser considerada dívida orçamental, uma vez que os trabalhos ainda não foram efetuados, ou se o foram, ainda não foi emitida a competente fatura ou documento equivalente.

As despesas totais geradas ascenderam a € 9 453 661,79, sendo de despesas correntes € 8 445 860,84, correspondentes a 87,17% e de despesas de capital € 1 007 800,95, correspondentes a 48,01%.

DESPESA

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	%
DESPESAS CORRENTES	7.733.396,00	9.689.468,66	8.445.860,84	87,17
DESPESAS DE CAPITAL	2.698.304,00	2.099.305,00	1.007.800,95	48,01
TOTAL	10.431.700,00	11.788.773,66	9.453.661,79	80,19

2016 DESPESA

DESPESA CORRENTE	INICIAL	FINAL	EXECUÇÃO	%
Pessoal	2.840.370,00	2.527.920,00	2.391.934,59	94,82
Aquisição de bens e serviços correntes	3.499.000,00	5.083.299,00	4.094.507,04	80,55
Juros e outros encargos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Transferências correntes	1.276.500,00	1.909.250,00	1.815.247,28	95,08
Subsídios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	113.526,00	164.999,66	144.171,93	87,38
Total das Despesas Correntes	7.733.396,00	9.689.468,66	8.445.860,84	87,17
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de bens de investimento	2.488.000,00	1.772.000,00	745.928,66	42,10
Transferências de capital	106.000,00	201.000,00	155.000,00	77,11
Ativos financeiros	63.204,00	63.205,00	63.165,00	99,94
Passivos financeiros	61.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	100,00	61.100,00	43.707,29	71,53
Total das Despesas de Capital	2.698.304,00	2.099.305,00	1.007.800,95	48,01
TOTAL GERAL	10.431.700,00	11.788.773,66	9.453.661,79	80,19

Da apreciação aos quadros constata-se o seguinte:

As despesas correntes pagas ascenderam a **€ 8 445 860,84**, o que face à dotação orçamental inscrita, indica um grau de execução de **87,17 %**;

O montante despendido com pessoal, (incluindo as remunerações, abonos e segurança social) representa **25,30%** do total das despesas correntes, e apresenta um grau de execução financeira de **94,62 %**;

O montante das despesas de capital pagas, foi de **€ 1 007 800,95**, tendo o nível de execução orçamental ficado "aparentemente" aquém do valor das despesas correntes, ao apresentar um grau de execução de **48,01%** do valor orçado.

A rubrica aquisição de bens de investimento, que absorve quase a globalidade do montante orçamentado, para as despesas de capital, (**48,01%**) teve uma realização de **42,10%**. Esta discrepância deve-se ao facto de a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ter "compromissos" de obras, e algumas estarem a decorrer.

2.3. MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
<i>Total da Receitas Correntes</i>	9.233.524,17	91,20	<i>Total das Despesas Correntes</i>	8.445.860,84	89,34
<i>Total das Receitas de Capital</i>	890.723,06	8,80	<i>Total das Despesas de Capital</i>	1.007.800,95	10,66
TOTAL GERAL	10.124.247,23	100,00	TOTAL GERAL	9.453.661,79	100,00

2.4 RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA

RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
Saldo Inicial de gerência	984.248,88	8,86	Saldo final de gerência	1.654.834,10	14,90
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	429.988,93	3,87	Pessoal	2.391.934,59	21,53
Impostos indiretos	11.983,25	0,11	Aquisição de bens e serviços correntes	4.094.507,04	36,88
Taxas, multas e outras penalidades	25.427,27	0,23	Juros e Outros encargos	0,00	0,00
Rendimentos da propriedade	16.906,74	0,15	Transferências correntes	1.815.247,28	16,34
Transferências correntes	8.211.184,37	73,92	Outras despesas correntes	144.171,93	1,30
Venda de bens e serviços correntes	512.059,79	4,61			0,00
Outras receitas correntes	25.983,82	0,23			0,00
					0,00
Total da Receitas Correntes	9.233.524,17	83,12	Total das Despesas Correntes	8.445.860,84	76,03
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	6.475,00	0,06	Aquisição de bens de capital	745.928,86	6,71
Transferências de capital	830.458,85	7,48	Transferências de capital	155.000,00	1,40
Passivos Financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	63.165,00	0,57
Outras receitas de capital	53.791,21	0,48			
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	Passivos financeiros	0,00	0,00
			Outras despesas de capital	43.707,29	0,37
Total das Receitas de Capital	890.723,06	8,02	Total das Despesas de Capital	1.007.800,95	9,07
TOTAL GERAL	11.108.495,89	100,00	TOTAL GERAL	11.108.495,89	100,00

Mapa Resumo das Receitas e Despesas Efetivas

RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	429.998 93	4 25	Pessoal	2.391.934,59	25,30
Impostos indiretos	11.963 25	0 12	Aquisição de bens e serviços correntes	4.094.507 04	43 31
Taxas, multas e outras penalidades	25.427 27	0 25	Juros e Outros encargos	0 00	0 00
Rendimentos da propriedade	18.906 74	0 17	Transferências correntes	1.815.247 28	19 20
Transferências correntes	8.211.184,37	81 10	Outras despesas correntes	144.171 93	1 53
Venda de bens e serviços correntes	512.059 79	5 08			
Outras receitas correntes	25.983 82	0 26			
Total da Receitas Correntes	9.233.624,17	91,20	Total das Despesas Correntes	8.445.860,84	89,34
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	6.475 00	0 08	Aquisição de bens de capital	745.928 66	7 89
Transferências de capital	830.456 85	8 20	Transferências de capital	155.000 00	1 64
Ativos financeiros	0 00	0 00			
Passivos financeiros	0 00	0 00	Ativos financeiros	63.165 00	0 67
Outras receitas de capital	53.791 21	0 53			
Reposições não abatidas nos pagam.	0 00	0 00	Passivos financeiros	0 00	0 00
			Outras despesas de capital	43.707 29	0 46
Total das Receitas de Capital	890.723,06	8,80	Total das Despesas de Capital	1.007.800,95	10,66
TOTAL GERAL	10.124.247,23	100,00	TOTAL GERAL	9.453.661,79	100,00

Mapa Descritivo das Despesas de Investimento

MAPA DE INVESTIMENTOS			Euros	TOTAL
01.02	0701	INVESTIMENTOS		
01.02	070101	Terrenos	60.000,00	60.000,00
01.02	070102	Habitacões		
01.02	07010202	Aquisição	10.000,00	10.000,00
01.02	070103	Edifícios		18.773,45
01.02	07010301	Instalações de serviços	7.018,58	
01.02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	4.424,36	
01.02	07010305	Escolas	2.896,34	
01.02	07010307	Outros	4.434,17	
01.02	070104	Construções diversas		439.072,09
01.02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	147.891,81	
01.02	07010405	Parques e jardins	13.530,12	
01.02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	38.262,17	
01.02	07010407	Captação e distribuição de água	3.169,71	
01.02	07010408	Viação rural	110.806,19	
01.02	07010409	Sinalização e trânsito	26.924,43	
01.02	07010413	Outros	98.487,66	
01.02	070106	Material de Transporte		3.050,40
01.02	07010602	Outro	3.050,40	
01.02	070107	Equipamento de Informática	16.185,12	16.185,12
01.02	070108	Software de informática	23.007,69	23.007,69
01.02	070109	Equipamento administrativo	18.251,08	18.251,08
01.02	070110	Equipamento básico		157.588,83
01.02	07011002	Outro	157.588,83	
		TOTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO		745.928,66

Mapa Resumo da Despesa Funcional

	OBJETIVOS	Dotação Inicial	Dotação final	Compromisso	Despesa paga	%
1	- FUNÇÕES GERAIS					
1.1.0	- Serviços Gerais da Administração Pública					
1.1.1	- Administração Geral	1.220.000 00	1.569.600 00	1.349.450 19	1.247.596 78	79 49%
1.2.0	- Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1	- Proteção Civil e luta Contra Incêndios	66.000 00	294.000 00	268.727 52	260.661 27	88 68%
2.	- FUNÇÕES SOCIAIS					
2.1.0	- Educação					
2.1.1	- Ensino não Superior	80.000 00	317.250 00	106.154 48	100.618 16	31,72%
2.1.2	- Serviços Auxiliares de Ensino	285.000 00	297.000 00	283.275 79	283.275 79	95 38%
2.2.1	- Serviços Individuais de Saúde	64.000 00	34.500 00	18.036 91	18.036 91	52,29%
2.3.0	- Segurança e Ação Social					
2.3.2	- Ação Social	200.000 00	349.500 00	302.387 14	299.655 98	85 74%
2.4.0	- Habitação e Serviços Coletivos					
2.4.1	- Habitação	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00%
2.4.2	- Ordenamento do Território	20.000 00	1.000 00	0 00	0 00	0 00%
2.4.3	- Saneamento	126.000 00	97.000 00	63.756 31	63.756 31	65 73%
2.4.4	- Abastecimento de Água	220.000 00	230.000 00	195.540 96	191.796 24	83 39%
2.4.5	- Resíduos Sólidos	85.000 00	70.000 00	47.988 08	47.988 08	88 55%
2.4.6	- Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	167.000 00	132.000 00	52.408 04	48.044 34	36 40%
2.5.0	- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	- Cultura	270.500 00	624.500 00	585.505 02	536.516 83	85 91%
2.5.2	- Desporto Recreio e Lazer	156.000 00	136.000 00	101.179 30	101.179 30	74 40%
3	- FUNÇÕES ECONÓMICAS					
3.1.0	- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	16.000 00	27.000 00	21.037 53	12.805 98	47 43%
3.2.0	- Indústria e Energia	90.000 00	17.000 00	3.692 15	3.317 16	19 51%
3.3.0	- Transportes e Comunicações					
3.3.1	- Transportes Rodoviários	610.000 00	1.101.250 00	959.637 17	543.276 29	49 33%
3.3.2	- Transportes Aéreos	13.000 00	13.000 00	5.201 50	795 81	6 12%
3.4.0	- Comércio e Turismo					
3.4.1	- Mercados e Feiras	980.000 00	111.500 00	105.173 08	22.140 00	19 66%
3.4.2	- Turismo	166.000 00	228.000 00	198.425 57	198.425 57	87 03%
4	- OUTRAS FUNÇÕES					
4.1.0	- Operações da Dívida Autárquica					
4.2.0	- Transferências entre Administrações					
4.3.0	- Diversa não Especificadas	1.227.664 00	1.532.165 00	1.476.982 96	1.476.982 96	96 40%
TOTAL	TOTAL	6.274.164,00	7.182.265,00	6.144.551,68	5.456.973,74	75,98%

REGRA DO EQUILIBRIDO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual obriga a que o orçamento das autarquias locais preveja as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A aplicação deste princípio permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de capital. No ano de 2016, o cumprimento desta norma legal permitiu atingir uma poupança corrente de € 787 663,33.

Refere a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro no artigo 40º sobre a epígrafe "Equilíbrio Orçamental" prevê o seguinte e cita-se:

" 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo "

Sobre este item refere o artigo 83º do citado diploma prevê:

"Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."

2.5 EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

SERVIÇO DA DÍVIDA

Compreende-se " Serviço da Dívida " como os pagamentos efetuados a título de amortização e juros dos empréstimos junto de instituições financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a autarquia poder complementar o recurso a financiamentos na concretização de investimentos. Neste sentido, o crédito bancário constituiu uma alternativa viável, na materialização dos objetivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 49º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades

Intermunicipais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

Em 2016, o Município de Pampilhosa da Serra não possui empréstimos a médio e longo prazo, contraídos junto de quaisquer instituições bancárias.

O Município não recorreu ao crédito a curto prazo durante o ano de 2016.

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 01 DE JANEIRO DE 2016	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	0,00 €
DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00 €

LIMITES DA DÍVIDA TOTAL

De acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, (RFALEI) consagra-se o conceito de Limite da dívida Total, estabelecido no art.º 52º do citado diploma, e que se transcreve:

"1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de

locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção iii;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 - Para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro."

MAPA DOS ACTIVOS E PASSIVOS PARA O CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO

MAPA DA DIVIDA TOTAL EM 01 DE JANEIRO DE 2016

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2013	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2014	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2015	TOTAL	MEDIA DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3
8.136.224	9.058.663	8.951.313	26.146.201	8.715.400

LIMITE	DIVIDA TOTAL						
	TOTAL DA DIVIDA A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT . PART.	DIVIDA TOTAL	Dívida total excluindo não orçamentais, excepções Lei 73/2013 e FAM	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), SE (5)>(1)	(7)=(1)-(5), SE (5)<(1)	(8)=(7)*20%
13.073.101	773.447	512	773.959	19.343		13.053.758	2.610.752

MAPA DA DIVIDA TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2013	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2014	RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2015	TOTAL	MEDIA DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3
8.136.224	9.058.663	8.951.313	26.146.201	8.715.400

LIMITE	DIVIDA TOTAL						
	TOTAL DA DIVIDA A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT . PART.	DIVIDA TOTAL	Dívida total excluindo não orçamentais, excepções Lei 73/2013 e FAM	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), SE (5)>(1)	(7)=(1)-(5), SE (5)<(1)	(8)=(7)*20%
13.073.101	649.049	0,00	649.049	46.355		13.026.746	2.605.349
VARIACÃO DA DÍVIDA %							139,65
VARIACÃO DE EXCESSO DA DÍVIDA %							
MARGEM							2.583.739,50

(1) - Limite da dívida total 2015 (1,5 * média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos –art.º 52º da Lei 73/2013, de 03/09

a) Ficha do Município publicada pela Direção Geral das Autarquias locais

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA EM 31-12-2016				
ENTIDADES PARTICIPADAS		TIPO DE ENTIDADE	% PARTICIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	N.I.P.C.			
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	513606130	Societária	0,07	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, SA	503004405	Societária	0,26	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,18	Integra o disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não Societária	2,22	Integra o disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não Societária	16,66	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ANMP-Associação Nacional de Municípios	501627413	Não Societária	0,28	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC- Comunidade Intermunicipal da Região Centro	508354617	Não Societária	0,00	Integra o disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR-Agência para o Desenvolvimento Turístico das Adegas de Xisto	507925270	Não Societária	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Não Societária	0,00	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
MATREZE-Matadouro Regional do Zêzere, SA	501491821	Societária	0,83	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	503854956	Não Societária	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CESAB-Centro de Estudos do Ambiente	502883308	Não Societária	1,41	Integra o disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata	502883308	Não Societária	0,38	Integra o disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

No final do exercício do ano de 2016, o limite da capacidade de endividamento líquido da Dívida Total Municipal é de: € 2 583 739,50.



ANÁLISE FINANCEIRA

3 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A parte da contabilidade patrimonial também é prevista no relato económico/financeiro da Prestação de Contas: os custos e proveitos, ativos e passivos, são um sistema que tem como objetivo o registo de todas as operações da autarquia que originam alterações no seu património.

As demonstrações financeiras do Município da Pampilhosa da Serra, a 31 de Dezembro, foram preparadas, em conformidade com os princípios contabilísticos das disposições do POCAL.

A situação financeira e patrimonial é analisada no âmbito do Balanço e da Demonstração de Resultados, os quais são peças contabilísticas fundamentais e proporcionam uma visão completa sobre a situação económica, financeira e patrimonial do Município.

O balanço assemelha-se a uma fotografia de uma autarquia local numa determinada data, regra geral reportada ao final de cada ano e espelha a comparação entre o activo e o passivo, bem como o fundo patrimonial correspondente à sua situação líquida, toda a situação patrimonial e financeira da autarquia local fica apresentada em apenas um documento.

3.1 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta os princípios da especialização e simplifica os resultados alcançados pelo Município de Pampilhosa da Serra, é o quadro contabilístico que mostra a natureza dos múltiplos custos e perdas, proveitos e ganhos, conducentes aos resultados. Avalia como foram aplicados os recursos utilizados e compara os custos e perdas incorridas para obtenção dos proveitos e ganhos.

É importante distinguir a conta **74** pelo seu elevado valor – **Transferências e subsídios obtidos**, que se destina a revelar as Transferências provenientes do OE, sob a forma de Transferências Financeiras ao abrigo da Lei das Finanças Locais ou de contratos de cooperação técnica e financeira.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2016		2015	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	156.390,82		179.232,28	
	Matérias	651.799,36	808.190,18	0,00	179.232,28
62	Fornecimentos e serviços externos	3.115.568,57		3.574.354,63	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.884.007,39		1.859.178,27	
643 a 648	Encargos sociais:	515.333,67	5.514.909,63	519.943,02	5.953.475,92
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.796.498,15	1.796.498,15	1.558.698,78	1.558.698,78
66	Amortizações do exercício	2.809.812,65		2.761.837,04	
67	Provisões do exercício	0,00	2.809.812,65	0,00	2.761.837,04
65	Outros custos e perdas operacionais	60.414,73	60.414,73	52.676,52	52.676,52
	(A).....		10.989.825,34		10.505.920,54
68	Custos e perdas financeiras	28.388,51	28.388,51	26.621,31	26.621,31
	(C).....		11.018.213,85		10.532.541,85
69	Custos e perdas extraordinários	211.781,21	211.781,21	132.854,14	132.854,14
	(E).....		11.229.995,06		10.665.395,99
88	Resultado líquido do exercício	0,00	301.714,76	0,00	-427.871,98
			11.531.709,82		10.237.524,01

PROVEITOS E GANHOS					
	Vendas e prestações de serviços				
7.111	Vendas de mercadorias	139.163,49		140.080,87	
7112+7113	Vendas de produtos	15.971,80		22.174,28	
712	Prestações de serviços	366.354,61	521.489,90	363.904,07	526.159,22
72	Impostos e taxas	405.309,38		514.688,61	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	946.487,23		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.627.850,18		8.429.342,11	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	9.979.446,79	0,00	8.944.030,72
	(B).....		10.501.136,69		9.470.189,94
78	Proveitos e ganhos financeiros	39.209,62	39.209,62	28.418,36	28.418,36
	(D).....		10.540.346,31		9.498.608,30
79	Proveitos e ganhos extraordinários	991.363,51	991.363,51	738.915,71	738.915,71
	(F).....		11.531.709,82		10.237.524,01
RESUMO:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		-488.688,65		-1.035.730,60
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)=		10.821,11		1.797,05
	Resultados correntes: (D)-(C)=		-477.867,54		-1.033.933,55
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		301.714,76		-427.871,98

- Relativamente à atividade desenvolvida no exercício económico de 2016, o Município encerrou as suas contas com o montante de custos e proveitos o valor de **11.531.709,82€**, desta situação surgiu um Resultado Líquido positivo de **301.714,76€**, que se reflete do seguinte modo:

3.2 RESULTADOS OPERACIONAIS

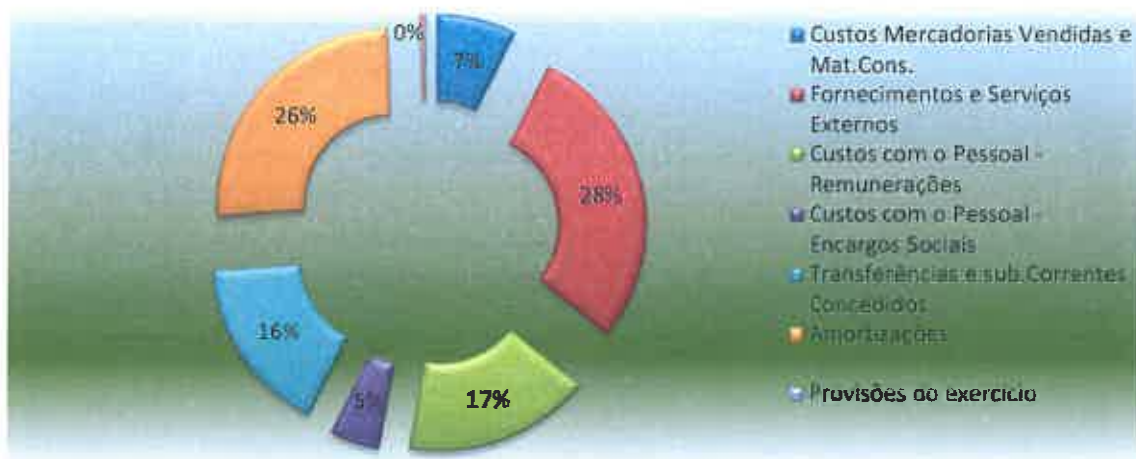
Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

• Custos Operacionais

Custos Operacionais	2016	%	2015	%
Custos Mercadorias Vendidas e Mat.Cons.	808 190,18 €	7,35%	179 232,28 €	1,71%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 115 568,57 €	28,35%	3 574 354,63 €	34,02%
Custos com o Pessoal - Remunerações	1 884 007,39 €	17,14%	1 859 178,27 €	17,70%
Custos com o Pessoal - Encargos Sociais	515 333,67 €	4,69%	519 943,02 €	4,95%
Transferências e sub.Correntes Concedidos	1 796 498,15 €	16,35%	1 558 698,78 €	14,84%
Amortizações	2 809 812,65 €	25,57%	2 761 837,04 €	26,29%
Provisões do exercício	- €	0,00%	- €	0,00%
Outros Custos e Perdas Operacionais	60 414,73 €	0,55%	52 676,52 €	0,50%
TOTAL	10 989 825,34 €	100,00%	10 505 920,54 €	100,00%

- Custos operacionais – o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas regista um aumento bastante significativo em relação ao ano anterior – abastecimento de água pela empresa Águas do Centro e compra de mercadorias para venda nos postos de venda – Gira e Museu. O forte impulsionamento do valor deve-se á introdução da Contabilidade de Custos, este valor é em grande escala derivado do consumo de matérias-primas.
- No que respeita às despesas com o pessoal – remunerações, podemos verificar um ligeiro aumento em relação ao ano de 2015, passando de 1 859 178,27 € para 1 884 007,39 €. Este aumento é resultante da entrada de funcionários para os quadros do Município.
- Relativamente às despesas com pessoal – Encargos Sociais, tiveram uma diminuição em relação ao ano transato, resultante dos encargos com a ADSE (Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado), despesa que não é controlada pelo Município e referente ao aumento das taxas contributivas.

Quanto aos valores refletidos no gráfico referente aos Custos Operacionais, podemos realçar as rubricas de fornecimentos e serviços externos – conta 62, e custos com o pessoal – conta 64, Amortizações – conta 66, que no conjunto representam cerca de 71,00% da totalidade dos custos operacionais.



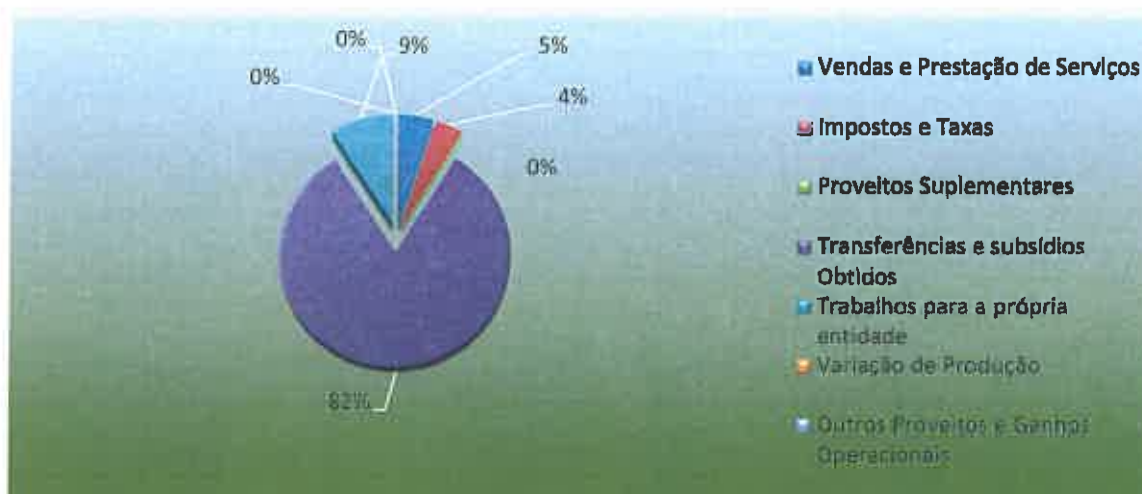
3.3. Proveitos Operacionais

Proveitos Operacionais	2016	%	2015	%
Vendas e Prestação de Serviços	521 489,90	4,97%	526 159,22	5,56%
Impostos e Taxas	405 309,38	3,86%	514 688,61	5,43%
Proveitos Suplementares	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios Obtidos	8 627 850,18	82,16%	8 429 342,11	89,01%
Trabalhos para a própria entidade	946 487,23	9,01%	0	0,00%
Variação de Produção	0,00	0,00%	0	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00%	0	0,00%
TOTAL	10 501 136,69	100,00%	9 470 189,94	100,00%

- Quanto aos proveitos operacionais, realçamos o aspeto financeiro que resulta da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, provenientes do Orçamento de Estado, Receita dos Parques Eólicos, participações do estado para despesas correntes e protocolos celebrados com o

Estado no âmbito da educação e proteção às famílias. Como podemos observar no gráfico seguinte, o resultado da conta 74 representa 82% da receita dos proventos operacionais.

- Podemos ainda verificar no quadro seguinte que o valor das taxas e impostos, teve diminuição de 109 379,23€.



3.4. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros à data de 31 de Dezembro de 2016, têm a seguinte composição:

Demonstração de resultados financeiros							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proventos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	19,19	452,53	781	Juros obtidos	2.973,94	5.355,45
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	25.830,23	22.435,10
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	28.399,32	26.168,78	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	10.821,11	1.797,05	788	Outros proventos e ganhos financeiros	10.405,45	627,81
		39.209,62	28.418,36			39.209,62	28.418,36

- No quadro acima podemos confrontar os juros suportados com empréstimos e os juros obtidos com os depósitos a prazo, bem como os Rendimentos de Imóveis.
- Relativamente a 2016, verificou-se que os juros obtidos tiveram uma alteração significativa devido às taxas de juro aplicados terem sido menores em relação ao ano anterior.

3.5. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários à data de 31 de Dezembro de 2016, têm a seguinte composição:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	155.000,00	94.139,32	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	2.190,40	12.899,66	794	Ganhos em imobilizações	6.475,00	1.065,04
695	Multas e Penalidades	448,50	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	8.608,00	3.218,20
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Corr. relat. Exerc. Anteriores (Restituições)	771,77	3.954,88	797	Correções relativas a exercícios anteriores	4.470,33	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	53.370,54	21.860,28	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	971.810,18	734.634,47
	Resultados extraordinários	779.582,30	606.061,57				
		991.363,51	738.915,71			991.363,51	738.915,71

Da análise ao quadro observamos o seguinte:

- Quanto às transferências de capital, tiveram um aumento de **60 860,68€** em relação ao ano anterior, mesmo com todos os condicionalismos impostos pelo Estado, é evidenciada a preocupação constante por parte do Município em manter a continuidade no apoio ao associativismo.
- Relativamente a Outros Custos e Perdas Extraordinários verifica-se um aumento resultante de pagamentos com despesas relacionadas com **auxílios sociais** e correções a valores pendentes de anos anteriores na conta 2681 - Devedores e credores diversos.
- Quanto á conta 797, verifica-se que foram efetuadas correções pouco significativas.
- Em relação à conta 798 – outros proveitos e ganhos extraordinários, verifica-se um aumento no valor de 237 175,71€, referente ao aumento da imputação de subsídios ao investimento de obras que terminaram em 2016 e foram transferidas para o Património.

3.6. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

- Enquanto a execução Orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, este quadro reflete a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, evidência os seus bens, direitos e obrigações.

CONTAS	BALANÇO – 2016	EXERCÍCIOS			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado				
	<i>Bens de domínio público</i>				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	46.211.281,50	18.848.444,57	27.362.836,93	28.179.533,42
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.500,00	120,57	4.379,43	4.409,55
459	Outros bens de domínio público	339.710,00	34.227,02	305.482,98	224.789,40
445	Imobilizações em curso	2.528.010,78	0,00	2.528.010,78	3.846.384,17
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				0,00
		49.083.502,28	18.882.792,16	30.200.710,12	32.255.116,54
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade Industrial e outros direitos	260.734,49	205.721,36	55.013,13	110.297,26
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		260.734,49	205.721,36	55.013,13	110.297,26
	<i>Imobilizações Corpóreas</i>				
421	Terrenos e recursos naturais	920.765,49	19.867,30	900.898,19	841.164,99
422	Edifícios e outras construções	11.684.993,93	1.637.497,24	10.047.496,69	7.087.699,50
423	Equipamento básico	3.842.069,14	2.951.151,21	890.917,93	985.576,89
424	Equipamento de transporte	3.541.429,68	3.108.449,06	432.980,62	535.955,00
425	Ferramentas e utensílios	2.812,27	2.142,72	669,55	1.026,67
426	Equipamento administrativo	434.126,15	373.739,81	60.386,34	61.392,80
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras Imobilizações corpóreas	7.252,76	1.820,02	5.432,74	5.587,78
442	Imobilizações em curso	1.036.797,32	0,00	1.036.797,32	2.256.159,94
448	Adiantamentos por conta de Imobilizações corpóreas				
		21.470.246,74	8.094.667,36	13.375.579,38	11.774.563,57
	<i>Investimentos Financeiros</i>				
411	Partes de capital	141.137,42		141.137,42	141.137,42
412	Obrigações e títulos de participação	442.152,43	0,00	442.152,43	442.152,43
414	Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		683.289,85	0,00	683.289,85	683.289,85
	Circulante				
	<i>Existências</i>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	617.870,68	0,00	617.870,68	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	3.746,18
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		617.870,68	0,00	617.870,68	3.746,18
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	22.321,19	0,00	22.321,19	16.714,50
212	Contribuintes, c/c	664,36	0,00	664,36	575,99
213	Utentes, c/c	41.218,65	0,00	41.218,65	29.818,69
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	43.820,55	0,00	43.820,55	45.307,88
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	519.893,59	0,00	519.893,59	721.055,64
		627.918,34	0,00	627.918,34	813.472,70
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.908.353,52	0,00	1.908.353,52	1.328.047,28
11	Caixa	1.896,05	0,00	1.896,05	1.022,18
		1.910.249,57	0,00	1.910.249,57	1.329.069,46
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	882.612,36	0,00	882.612,36	964.358,21
272	Custos diferidos	24.195,37	0,00	24.195,37	22.516,12
		906.807,73	0,00	906.807,73	986.874,33
	Total de amortizações		27.183.180,88		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do activo	75.560.619,68	27.183.180,88	48.377.438,80	47.956.429,89

CONTAS	BALANÇO - 2016	EXERCÍCIOS	
		2016	2015
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios		
51	Património	13.526.617,52	12.453.612,94
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	767.625,92	767.625,92
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	23.273.275,62	23.673.915,34
88	Resultado líquido do exercício	301.714,76	-427.871,98
		37.869.233,82	36.467.282,22
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	0,00	18.380,37
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	750,00	750,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	32.789,53	106.843,85
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	565.152,29	649.320,82
		598.691,82	775.295,04
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	468.712,60	490.922,30
274	Proveitos diferidos	9.440.800,56	10.222.930,33
		9.909.513,16	10.713.852,63
	Total dos fundos próprios e do passivo	48.377.438,80	47.956.429,89

Da análise ao Balanço podemos constatar o seguinte:

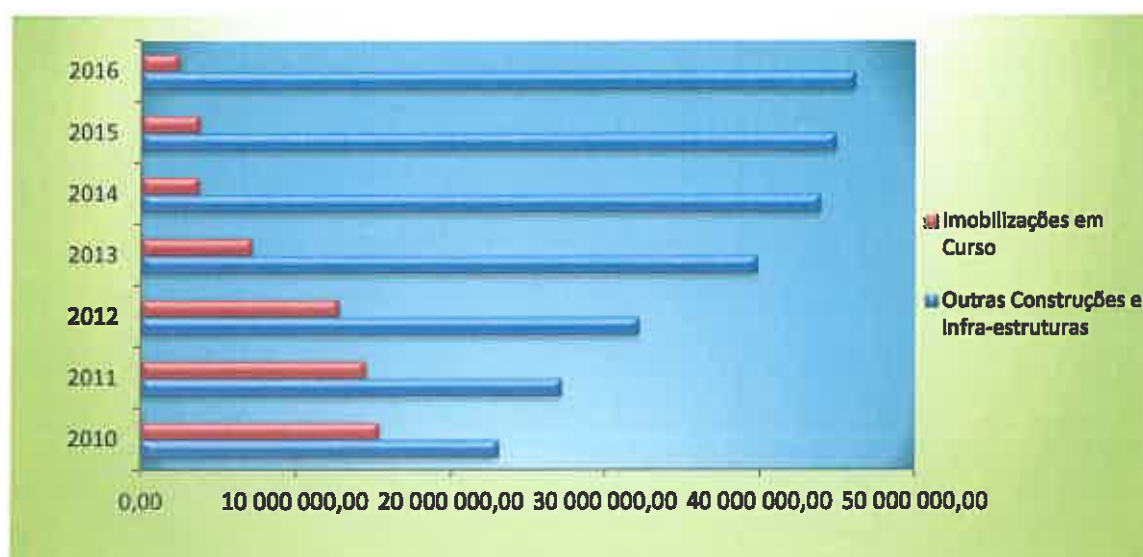
► **Ativo**

- O Ativo Líquido no término do ano de 2016 ascendeu a 48.377.438,80€, enquanto no final do ano anterior foi de 47.956.429,89€, o que reflete um acréscimo de 421.008,91€ no património líquido municipal, consequência da inclusão de bens patrimoniais no âmbito do processo de inventariação/ cadastro, fecho de Obras e imobilizações em curso. Este ano foram introduzidas obras em curso realizadas por administração direta através dos resultados nos mapas da Contabilidade de Custos o valor de **946.487,23€**.
- A conta 41.1-Partes do capital, manteve-se igual. Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal.
- A conta 41.5 – Outras Aplicações Financeiras, regista o valor de 100.000,00 €, participação na Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.
- A conta 442 - Imobilizações em curso - Imobilizações Corpóreas regista uma diminuição de 1.219.362,62€, esta diminuição corresponde a um aumento de Património por fecho de obras existentes em anos anteriores.
- A conta 36 regista o valor dos stocks em armazém, as existências estão valorizadas pelo custo médio ponderado no sistema de inventário permanente. Este ano o valor foi influenciado pela introdução da Contabilidade de Custos.

O Investimento tem vindo a aumentar de ano para ano, cabe no entanto referir que, conforme o previsto no POCAL (anexo 8.2.14), ainda existem bens, sobretudo do Domínio Público que continuam a aguardar valorização, essencialmente grande parte das Redes de Água, Saneamento, arruamentos, caminhos Municipais e estradas Municipais.

- O quadro seguinte mostra-nos as variações nas duas contas de maior movimento no Imobilizado (bens de domínio público) nos últimos sete anos.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Outras Construções e infra-estruturas	23 089 906,97	27 189 464,65	32 240 828,16	39 874 932,07	43 962 818,01	44 956 970,12	46 211 281,50
Imobilizações em Curso	15 411 199,17	14 564 771,40	12 807 820,54	7 238 130,96	3 780 316,40	3 846 384,17	2 528 010,78
Total	38 501 106,14	41 754 236,05	45 048 649,00	47 113 063,03	47 743 134,41	48 803 354,29	48 739 292,28



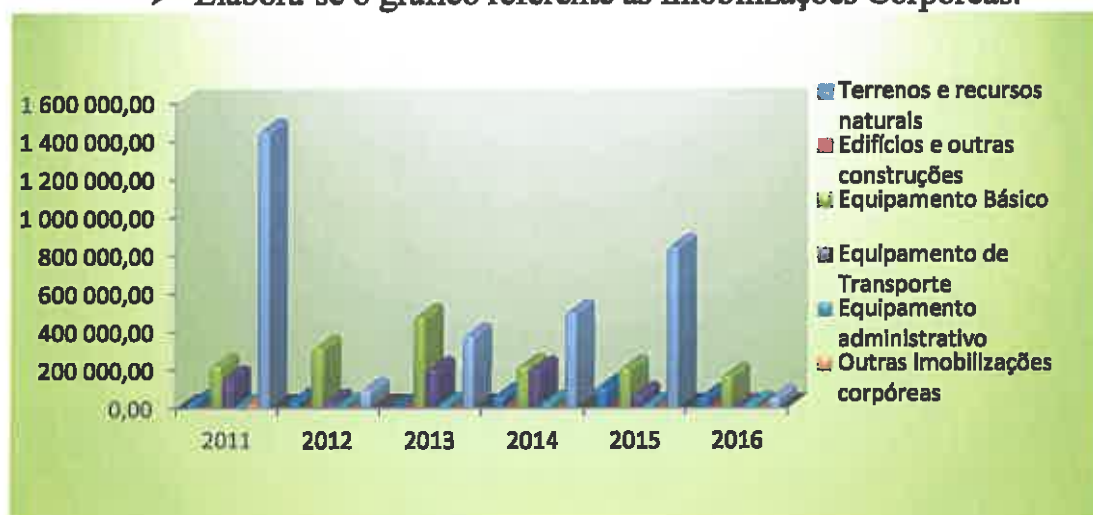
➤ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

- No quadro seguinte podemos verificar a variação entre as seguintes contas:

- 42.1 - Terrenos
- 42.3 – Equipamento básico;
- 42.4 – Equipamento de transporte;
- 42.6 – Equipamento administrativo;
- 42.9 – Outras imobilizações Corpóreas;
- 44.2 – Imobilizações em curso;

Conta	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Terrenos e recursos naturais	31 199,80	42 848,60	7 000,00	68 105,00	112 472,80	60 000,00
Edifícios e outras construções	0	0,00	5 000,00	12 000,00	0,00	10 000,00
Equipamento Básico	224 389,41	317 041,62	483 123,99	222 489,38	211 075,36	171 860,70
Equipamento de Transporte	160 611,81	34 467,80	205 139,25	208 227,73	72 033,79	3 050,40
Equipamento administrativo	2 812,27	11 755,39	17 999,09	26 432,64	11 916,24	20 064,33
Outras imobilizações corpóreas	23 549,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	1 456 803,77	96 608,17	381 113,57	595 545,63	849 758,04	57 035,62
Total	1 899 316,48	502 719,54	1 099 375,90	1 012 300,38	1 257 256,03	322 111,05

➤ Elabora-se o gráfico referente às Imobilizações Corpóreas:



► **Ativo – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo**

- As contas 211- "Clientes, c/c", 212 – "Contribuintes, c/c" e 213 – Utentes, c/c - registam um valor de **64 204,20€**, referente à receita virtual - débitos dos Municípios. Este valor aumentou substancialmente em relação ao ano anterior, devido à faturação emitida, ser considerada como dívida no ato da emissão desde março de 2015, com a implantação do sistema de faturação.
- As contas 11,12 – "Caixa e Depósitos em Instituições financeiras", regista um valor de **1.910.249,57€**. O saldo desta conta teve uma variação positiva em relação ao ano anterior.

► **Passivo – Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo**

- A conta 2312 – "Dividas a Instituições de Crédito" - A Dívida a terceiros de médio e longo prazo corresponde aos empréstimos bancários de médio e longo prazo, utilizados após contratação e que estão por amortizar ao longo de um período alargado. **O Município no final do ano de 2016 não regista dívidas de Médio e longo prazo.**
- A CONTA 221 – Fornecedores, c/c, regista o valor de **0,00€**. Todas as despesas foram pagas em 2016, e pelo resultado ora evidenciado, é prática do Município pautar o seu cumprimento com os fornecedores relativo aos compromissos assumidos.

- A conta 2611 – Fornecedores de Imobilizado, regista o valor **0,00€**. Salienta-se que os compromissos assumidos com os Fornecedores de Empreitadas, foram todos pagos no ano de 2016.
- As contas 262+263+267+268 – Outros Credores, regista o valor de **565.152,29€**, referente às Garantias e Cauções das empreitadas públicas e dívida ao FAM (Fundo de Apoio Municipal).

3.7. Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)

A conta 27 "Acréscimos e diferimentos" destina-se ao registo dos custos e dos proveitos nos exercícios que respeitam. O uso desta conta tem a ver fundamentalmente com o princípio da especialização (ou de acréscimo), previsto no ponto 3.2 do Pocal. Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, registam-se as seguintes situações:

- Custos diferidos, compreende as despesas contabilizadas no exercício de 2016 e com base na estimativa dos encargos referentes ao exercício de 2017, foram diferidos e serão reconhecidos nesse exercício. Esta conta poderá abranger as seguintes contas: Rendas adiantadas; prémios de seguros antecipados; publicidades ou outros encargos pagos antecipadamente.
- Conta 274 - Proveitos diferidos, compreende as receitas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devem ser

reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente: rendas recebidas adiantadamente; subsídios para cobertura de investimentos. Divide-se nas subcontas:

2745 – Subsídios para investimentos – incluem-se nesta conta os subsídios/transferências atribuídos a ativos fixos amortizáveis a fundo perdido e devem ser considerados à medida que ocorrem os correspondentes custos (Amortizações). As participações para bens de Domínio Público foram todas registadas na conta 274, não se refletindo nos proveitos do exercício.

2748 – Diferenças de câmbio favoráveis.

2749 – Outros proveitos diferidos.

- 271 - Acréscimos de proveitos – esta conta serve de contrapartida ao registo dos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, como podemos observar no quadro seguinte:

Acréscimos de proveitos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Varição
Recelta dos Parques Eólicos	444 027,47	460 988,45	-16 960,98
IMI	388 905,28	444 611,16	-55 705,88
IUC	3 952,64	3 634,72	317,92
IMT	5 109,20	1 744,88	3 364,32
Venda de água	33 401,77	34 547,00	-1 145,23
Serviço de Transporte	7 216,00	18 832,00	-11 616,00
Total Acréscimos de Proveitos	882 612,36	964 368,21	-81 745,85

- 273 - Acréscimos de custos – esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores, conforme podemos observar no quadro seguinte:

Acréscimos de Custos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Remunerações a liquidar	299 732,42	294 385,78	5 346,64
Electricidade	20 209,16	14 467,35	5 741,81
Comunicações	3 323,42	7 775,59	-4 452,17
Despesas de cobrança de IMI	9 610,38	11 150,08	-1 539,70
Despesas dos Parques Eólicos	27 302,63	26 691,76	610,87
Transporte Doentes	7 216,00	26 576,00	-19 360,00
Água	10 078,69	9 773,13	305,56
Outros Acréscimos Custos	91 239,90	100 102,61	-8 862,71
Total Acréscimos de custos	488 712,60	490 922,30	-22 209,70

3.8. Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.
- Devido à introdução da Contabilidade de Custos, as amortizações são calculadas por duodécimos pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização previstas nas tabelas da Portaria número 671/2000, de 17 de Abril.
 - No decurso do exercício de 2016, como se pode verificar no quadro seguinte, os abates aos bens corpóreos diminuíram

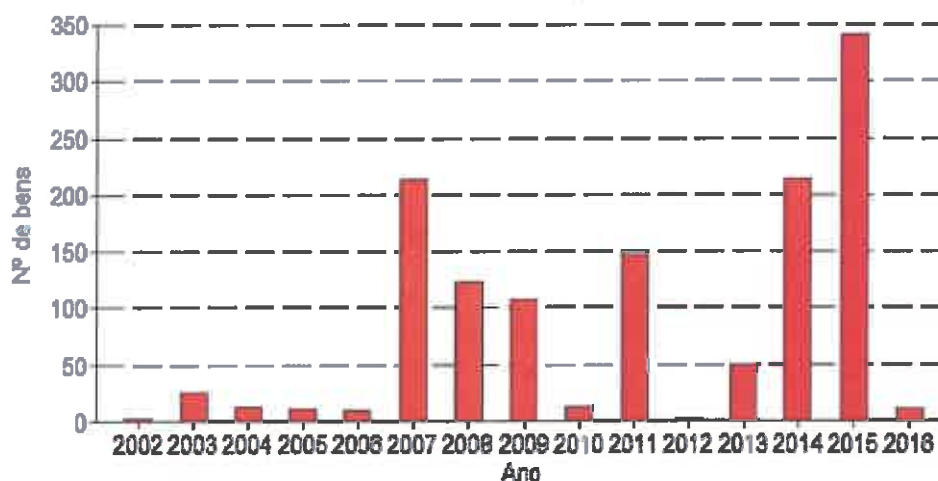
relativamente ao ano anterior. Esta situação deve-se ao facto de o Município ter efetuado remodelação do seu equipamento no ano de 2015.



Município de Pampilhosa da Serra

Abates por ano

Nº de bens abatidos por anos



- Relativamente ao seguinte quadro – Amortizações e Provisões e tendo subjacente que a aplicação informática do património, calcula as amortizações, tendo por base a data da aquisição, por ano civil e mês, pode-se observar as amortizações por tipo de conta e que não foi constituída qualquer provisão para créditos de cobrança duvidosa, por se considerar que todos os créditos são recuperáveis.
Em relação ao ano anterior o valor das amortizações é ligeiramente superior.

Amortizações e Provisões

Ano 2016

Unidade:

Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e Infra-estruturas	4853	16.777.436,70	2.071.007,87	0,00	18.848.444,57
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	90,45	30,12	0,00	120,57
Outros bens de domínio público	4859	21.522,26	12.704,76	0,00	34.227,02
		16.799.049,41	2.083.742,75	0,00	18.882.792,16
De Imobilizações Incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	4833	127.429,54	78.291,82	0,00	205.721,36
		127.429,54	78.291,82	0,00	205.721,36
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	19.800,50	266,80	0,00	19.867,30
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	68.880,57	22.525,15	0,00	91.205,72
Outras construções	48222	1.313.342,38	232.949,14	0,00	1.546.291,52
Equipamento básico	4823	2.685.145,93	266.619,66	614,38	2.951.181,21
Equipamento de transporte	4824	3.188.324,03	103.834,38	183.709,35	3.108.448,06
Ferramentas e utensílios	4825	1.785,60	357,12	0,00	2.142,72
Equipamento administrativo	4826	353.152,79	21.070,79	483,77	373.739,81
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações corpóreas	4829	1.664,98	155,00	0,00	1.820,02
		7.631.686,78	647.778,08	184.807,50	8.094.667,36
De Investimentos em Imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

- Relativamente às Demonstrações Financeiras evidenciadas anteriormente, o Quadro seguinte dá-nos uma perceção mais particularizada sobre as variações do Ativo Bruto:

Ano: 2016

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+ Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	44.956.970,12	0,00	0,00	0,00	1.254.311,38	46.211.281,50
Bens do património histórico, artístico e cultural	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Outros bens de domínio público	246.311,66	0,00	0,00	0,00	93.396,34	339.710,00
Imobilizações em curso	3.846.384,17	0,00	1.350.966,39	0,00	-2.669.339,78	2.528.010,78
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	49.054.165,95	0,00	1.350.966,39	0,00	-1.321.630,06	49.083.502,28
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	237.726,80	0,00	23.007,69	0,00	0,00	260.734,49
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	237.726,80	0,00	23.007,69	0,00	0,00	260.734,49
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	860.765,49	0,00	80.000,00	0,00	0,00	920.765,49
Edifícios e outras construções	8.489.722,45	0,00	10.000,00	0,00	3.205.271,48	11.684.993,93
Equipamento básico	3.670.722,82	0,00	171.980,70	0,00	-614,38	3.842.069,14
Equipamento de transporte	3.724.279,03	0,00	3.050,40	0,00	-185.899,75	3.541.429,68
Ferramentas e utensílios	2.812,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.812,27
Equipamento administrativo	414.545,59	0,00	20.064,33	0,00	-483,77	434.126,15
Taras e vestíhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.252,76
Imobilizações em curso	2.256.159,94	1.073.004,58	57.035,62	0,00	-2.349.402,82	1.036.797,32
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	19.406.280,35	1.073.004,58	322.111,05	0,00	668.870,76	21.470.246,74
De Investimentos Financeiros						
Partes de capital	141.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	141.137,42
Obrigações e títulos de participação	442.152,43	0,00	0,00	0,00	0,00	442.152,43
Investimentos em Imóveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	683.289,85	0,00	0,00	0,00	0,00	683.289,85

4. RÁCIOS

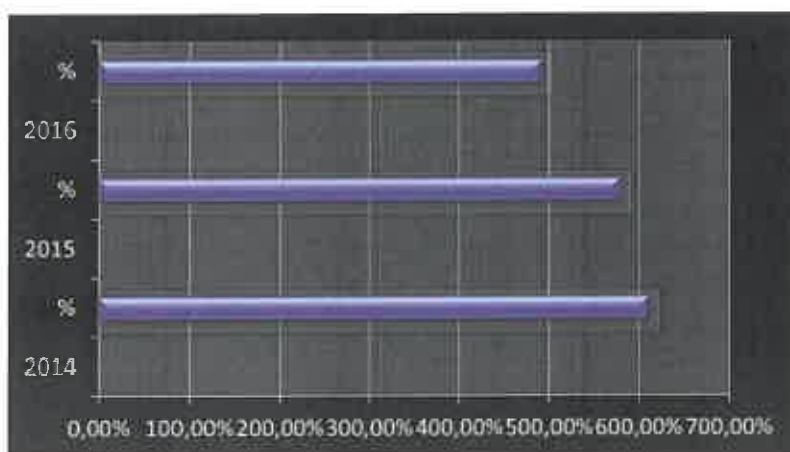
A atividade de um Município tem aspetos particulares e distintos de uma qualquer Empresa. Enquanto as Empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo em obter lucro, a atividade dos Municípios está centralizada em satisfazer as necessidades dos Munícipes e desta forma aumentar o bem-estar público.

Nestes termos, com as necessárias adaptações, ajustamos alguns indicadores Financeiros ao Município.

INDICADORES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

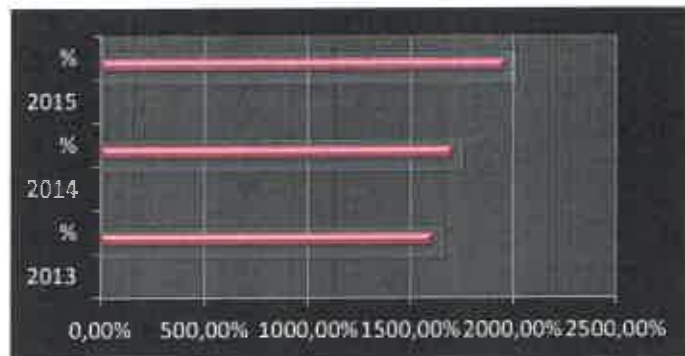
► Rácios de Estrutura das Receltas e Estrutura das Despesas

Rácios	2014	%	2015	%	2016	%
Impostos Taxas	555 253,45	6,12%	519 605,49	5,80%	455 426,20	4,93%
Receitas Correntes	9 067 840,22		8 954 479,44		9 233 524,17	



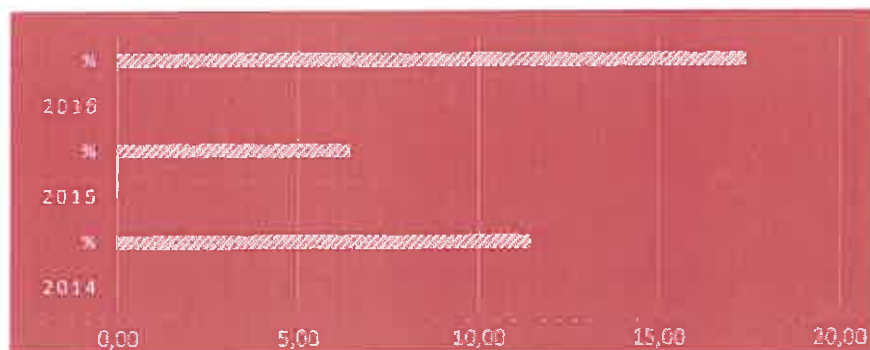
- Os impostos representam cerca de 5,61% (Média) das Receitas correntes nos últimos 3 anos.

Rácios	2014	%	2015	%	2016	%
<u>Transf Correntes Desp</u>	<u>1 461 955,66</u>	<u>16,12%</u>	<u>1 528 611,44</u>	<u>16,86%</u>	<u>1 815 247,28</u>	<u>19,66%</u>
Receitas Correntes	9 087 840,22		8 954 479,44		9 233 524,17	



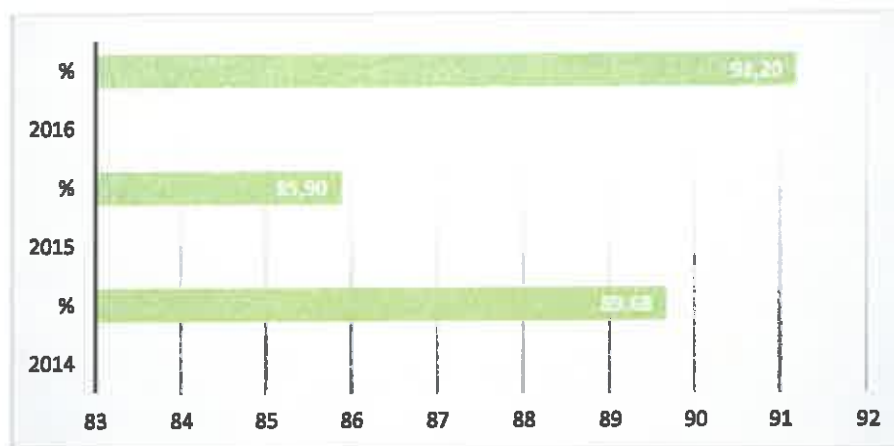
- Este quadro mostra o peso das Transferências Correntes da Despesa nas Receitas Correntes, ao longo dos últimos 3 anos.

Rácios	2014	%	2015	%	2016	%
<u>Transf. Capital</u>	<u>246 293,19</u>	<u>11,39%</u>	<u>94 139,32</u>	<u>6,40%</u>	<u>155 000,00</u>	<u>17,40%</u>
Receitas de Capital	2 161 510,74		1 469 998,37		890 723,06	



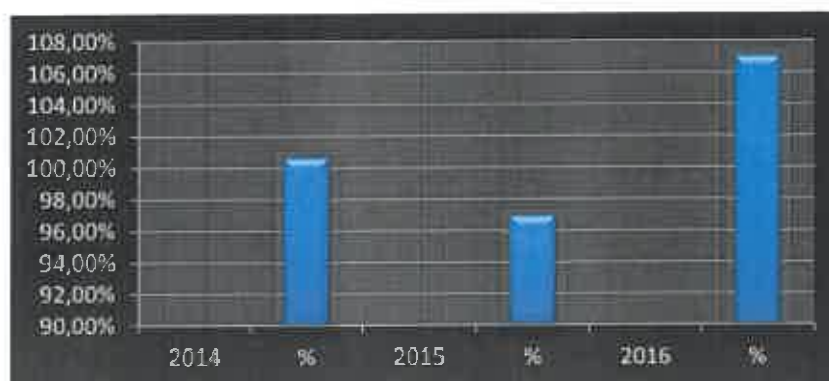
- Este quadro mostra o peso das Transferências de Capital (despesa) - nas Receitas de Capital.

Rátios	2014	%	2015	%	2016	%
Receitas Correntes	9 067 840,22	89,68%	8 954 479,44	85,90%	9 233 524,17	91,20%
Receitas Totais	10 110 916,79		10 424 489,43		10 124 247,23	



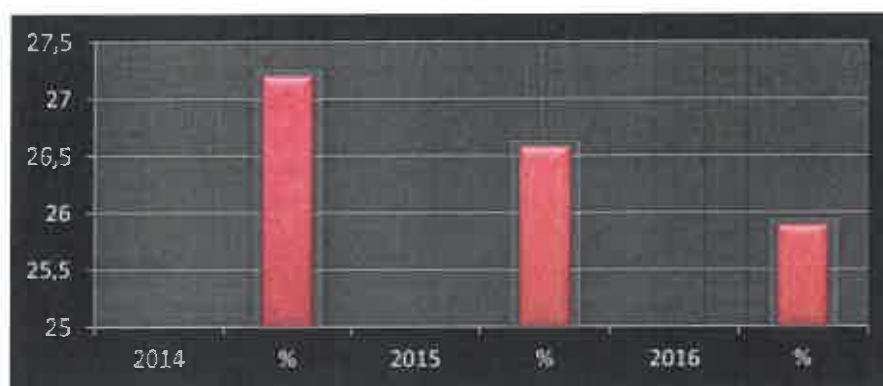
- Neste quadro constata-se o peso que as Receitas Correntes têm nas Receitas Totais da Autarquia.

Rátios	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	10 110 916,79		10 424 489,43		10 124 247,23	
Despesa Total	10 041 766,93	100,89	10 750 621,04	96,97	9 453 661,79	107,09



- Este Rácio indica-nos a cobertura das despesas pelas receitas.

Rádios	2014	%	2015	%	2016	%
Pessoal	2 467 325,25	<u>27,21</u>	2 380 642,57	<u>26,59</u>	2 391 934,59	<u>25,90%</u>
Receitas Correntes	9 067 840,22		8 954 479,44		9 233 524,17	



- Os custos com o Pessoal têm um peso indicativo sobre as Receitas Correntes.

5. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Município iniciou a implementação da contabilidade de Custos no ano 2016. Em consequência foram processadas algumas alterações em termos da organização e de registo contabilístico das operações. Por ser o primeiro ano de implementação, os serviços do Município implementaram procedimentos com vista a dar resposta às necessidades de informação que sustentam este sistema. A implementação da contabilidade de Custos, será um processo contínuo, que requiere ainda aperfeiçoamento, no entanto entendemos que em 2016 foi possível cumprir os objetivos que estiveram na base deste processo. Em consequência da implementação deste sistema, em 2016 foi possível quantificar o custo dos recursos utilizados pelo Município na execução de investimentos (património), no valor de 946 milhares de euros, reconhecidos como aumento de património em contrapartida da rubrica Trabalhos Para a Própria Entidade.

A contabilidade de Custos estabelecida no ponto 2.8.3 do POCAL, aprovada pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, com as alterações entretanto introduzidas, vem dar resposta, designadamente ao apuramento dos custos diretos e indiretos relativo às tarifas e preços a estabelecer pelos Municípios, bem como os custos das funções exercidas e o apuramento do custo dos investimentos realizados por administração direta.

A Contabilidade de Custos assume um papel preponderante na gestão dos Municípios porque permite: (i) a avaliação dos custos por áreas/ setores/ atividades; (ii) o controlo de custos das obras realizadas pelo Município, nomeadamente por administração direta; (iii) tomar decisões ao nível da organização dos serviços, com vista à otimização dos recursos públicos. Em

resumo Contabilidade de Custos assume-se como um instrumento muito relevante para sustentar a tomada de decisões de gestão.

A Relevância, a Fiabilidade e a Comparabilidade são características da informação proporcionada pela Contabilidade de Custos, toda a informação pode ser usada pela Gestão no sentido de planejar, avaliar e controlar os diversos recursos.

A Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial não respondem efetivamente à obrigação de apurar o valor real do custo das atividades e fornecer a informação precisa para o processo de planeamento e controlo. A contabilidade de Custos visa obter informação sobre os custos por função, por bem produzido e por serviço prestado.

Em consonância com a adoção da contabilidade de Custos, foi também implementado o sistema de inventário permanente. As contas de existências passaram a ser movimentadas e a refletir quer as entradas por compra, quer os consumos. Assim, o Município passou a dispor de informação regular sobre as existências em armazém ou em obra, e melhorar a eficiência na gestão das suas necessidades de bens de consumo. A implementação do inventário permanente teve como consequência a realização de inventários físicos, sendo apresentado na rubrica de existências o valor de 617 milhares de euros (492 993,66 milhares de euros foram reconhecidos em contrapartida da rubrica de resultados transitados). É de referir que o processo de inventariação não foi ainda concluído, pelo que poderão ainda ser identificados ajustamentos, no entanto, é nossa convicção que não serão significativos.

- No quadro seguinte mostra-nos o valor apurado de custos diretos e indiretos imputados a cada Função na Contabilidade de Custos.

BALANCETE POR FUNÇÃO - CONTABILIDADE DE CUSTOS		
CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO
111	Administração Geral	1 100 045,90
120	Segurança e Ordem Públicas	2 799,76
121	Proteção Civil e luta Contra Incêndios	72 688,44
211	Ensino não Superior	237 265,15
212	Serviços Auxiliares de Ensino	342 819,01
221	Serviços individuais de Saúde	35 309,19
232	Ação Social	74 202,92
242	Ordenamento do Território	68 128,00
243	Saneamento	224 478,85
244	Abastecimento de Água	254 950,31
245	Resíduos Sólidos	179 768,92
246	Proteção Meio Ambiente Conservação Nat	90 346,73
251	Cultura	758 831,54
252	Desporto, Recreio e Lazer	628 913,59
320	Indústria e Energia	501 619,10
331	Transportes Rodoviários	2 854 139,47
332	Transportes Aéreos	1 824,85
341	Mercados e Feiras	169 187,06
342	Turismo	123 595,51
430	Diversa não Especificadas	2 243 327,22
	TOTAL	9 964 241,52

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme verificado nas Demonstrações Financeiras, o RESULTADO LÍQUIDO APURADO EM 2016 foi de 301 714,21€.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o RESULTADO LÍQUIDO do exercício anterior deve ser transferido para a conta 59 "RESULTADOS TRANSITADOS". No caso do saldo desta conta ser positivo, o seu valor poderá ser repartido da seguinte forma: reforço do património, obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 "PATRIMÓNIO" corresponda a 20% do ativo Líquido, e constituição ou reforço de Reservas. Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal, explicita que a conta 571 "RESERVAS LEGAIS" deverá ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Face ao exposto e considerando que o valor do PATRIMÓNIO é superior a 20% do ativo Líquido, propõe-se que a sua aplicação seja efetuada da seguinte forma:

- Para reforço da Conta 571 "Reservas Legais" – 15 085,71€.
- O restante – **286.628,50€** - seja transferido para a Conta 59 "Resultados Transitados".